

MEMÓRIA, ATIVISMO E VISIBILIDADE: o Legado de Rosely Roth no Movimento Lésbico-Feminista Brasileiro

MEMORY, ACTIVISM AND VISIBILITY: Rosely Roth's Legacy in the Brazilian Lesbian-Feminist Movement

Leandra Alencar Soares Lima de PASSO¹
Tayssa Nobre LOBO²

Resumo: A ativista Rosely Roth foi uma figura pioneira para a história do movimento lésbico brasileiro, sobretudo no período da Ditadura Militar, momento em que o país foi assolado por censura, violência e privação de direitos. Neste sentido, tem-se como objetivo resgatar o legado de Rosely Roth para o movimento lésbico-feminista no Brasil, refletindo acerca de sua importância por intermédio de registros como o do boletim ChanacomChana (1982-1987), pela perspectiva de estudos acadêmicos e textos de outras naturezas que retrataram as questões de gênero, sexualidade, memória e vivências lésbicas e LGBTQIAP+ no âmbito nacional e por materiais audiovisuais. Desse modo, concluiu-se que a pesquisa possibilitou não apenas destacar a vida, a voz e as ações de uma mulher que contribuiu para a visibilidade lésbica, como também almejou proporcionar debates acerca da participação política das mulheres no cenário brasileiro. **Palavras-chave:** Rosely Roth (1959-1990); Movimento lésbico brasileiro; Visibilidade lésbica; Memória.

Abstract: Activist Rosely Roth was a pioneering figure in the history of the Brazilian lesbian movement, especially during the military dictatorship, when the country was plagued by censorship, violence and deprivation of rights. In this sense, the aim is to recover Rosely Roth's legacy for the lesbian-feminist movement in Brazil, reflecting on her importance through records such as the ChanacomChana newsletter (1982-1987), from the perspective of academic studies and texts of other kinds that have portrayed issues of gender, sexuality, memory and lesbian and LGBTQIAP+ experiences at national level and through audiovisual materials. In this way, it was concluded that the research made it possible not only to highlight the life, voice and actions of a woman who contributed to lesbian visibility, but also aimed to provide debates about the political participation of women on the Brazilian scene.

Keywords: Rosely Roth (1959-1990); Brazilian lesbian movement; Lesbian visibility; Memory.

Introdução

Às margens da sociedade, a comunidade lésbica, por vezes, esteve envolta de mais uma forma de preconceitos. Ao longo do tempo, o lugar da mulher esteve relacionado aos afazeres domésticos e modos de vida determinados por um padrão social, isto é, pela perspectiva do patriarcado. Dentre eles, o lugar da invisibilidade foi relegado às que ousaram viver suas próprias vidas frente à opressão da sociedade.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (PPGCI-UFC), bolsista financiada pela Capes. E-mail: leandra.alencar.passo@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/8255064361870584>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7843-2347>.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Ceará (PPGCI-UFC), bolsista financiada pela Capes. E-mail: leandra.alencar.passo@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/8255064361870584>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7843-2347>.

Contudo, mesmo sob o véu de tais preceitos, estas mulheres, personagens de seu tempo, detentoras de uma luta histórica e guiadas pela coragem, não deixaram as opressões tomarem conta de si mesmas.

Apesar dos apelos conservadores e teorias misóginas superadas pela ciência, a questão de gênero e a sexualidade caminham juntas quando relacionadas às adversidades enfrentadas pela comunidade LGBTQIAP+, sobretudo por mulheres lésbicas. Quando observadas de perto, tais características são lidas como fluidas e únicas, e, ao realizar um recorte em cada uma dessas especificidades, é possível encontrar uma cultura de preconceitos e discursos de ódio contra os grupos dessa comunidade. No caso da lesbofobia, há não apenas o preconceito à orientação sexual destas mulheres, mas também um grande percentual de misoginia aplicado à sua existência.

A história do gênero na contemporaneidade que Louro (1997) apresenta está ligada ao movimento feminista. A chamada segunda onda do feminismo vem, em meados dos anos 1960, com preocupações para além das questões políticas e sociais, considerando a construção e registro de conhecimento teórico. Essa época foi marcada por uma grande geração de movimentos de rebeldia e contestação ao poder hegemônico da época que, na América Latina, era representado pelo avanço de regimes militares. Há, portanto, uma efervescência social de grande valia para a argumentação, e é nela que obras clássicas da literatura feminista são apresentadas por meio de indagações sobre o que é ser mulher na sociedade e sua visão como sujeito no mundo.

Segundo Judith Butler (2003, p. 20), “se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é”. Tal pensamento reflete a visão de uma época na qual se queria levar luz às partes que construía o feminino, dentre estas, o exercício da sexualidade. Representadas no mundo ocidental de Safo, na Grécia Antiga, à Audre Lorde e Cassandra Rios, Oliveira (2017) reafirma a realidade que permeia o apagamento deste grupo na história: não são tidas como agentes coletivos, mas sim objetos de narrativa. Assim, deve-se pensar sua trajetória fora da lupa do olhar heteronormativo, pois o movimento lésbico tem uma longa caminhada de luta.

No Brasil, sua história está atrelada ao movimento da comunidade homossexual e relacionada ao combate à Ditadura Militar no país. Contudo, é necessário salientar que apesar da luta política estar ligada a este contexto, tanto a esquerda quanto o próprio movimento da comunidade homossexual – até mesmo algumas correntes do feminismo na época – isolavam este grupo (Oliveira, 2017).

Isto se tornou um forte motivo para o avanço da luta de mulheres lésbicas pela redemocratização e reverberou em uma organização política ativa. Neste contexto, há o nascimento do “ChanacomChana”.

Fundado pelo Grupo Lésbico-Feminista (LF) – que logo mais se tornaria Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) –, o Boletim ChanacomChana (1982-1987) foi um importante veículo independente de informação no cenário da imprensa brasileira para o público *queer*, sobretudo para lésbicas. Míriam Martinho (2012), relata que após um período de pausa, o periódico voltou a ser produzido e circulado graças ao GALF, que mesmo durante o regime da Ditadura Militar dedicou-se a dar continuidade a militância lesbiana e feminista no Brasil. Apesar de ter uma periodicidade instável, provocada por questões financeiras e por divergências criativas no que se refere ao direcionamento das publicações, o boletim deixou um legado para a história lésbica brasileira, principalmente por suas representantes (Silva; Cordão, 2021).

É por meio desta breve apresentação inicial que é revelado o principal aspecto deste percurso introdutório: a biografia de uma mulher lésbica que, ao longo de sua vida, lutou contra a invisibilidade dela e de tantas outras mulheres na sociedade brasileira. Portanto, este estudo almeja realizar uma ode à mulher como sujeito de seu tempo e um relato sobre a vida de uma pessoa que, acima de tudo, foi uma figura cujas ações tiveram um impacto significativo no movimento lésbico brasileiro, tornando-se uma referência dentro do seu contexto histórico e social.

Tida como uma das fundadoras do Boletim ChanacomChana, Rosely Roth foi uma ativista precursora dos direitos das mulheres lésbicas no Brasil. Esteve a frente também da fundação do GALF, ao lado de Míriam Martinho. Em sua intensa vida, Rosely protagonizou o Levante do Ferro’s Bar, conhecido como *Stonewall* brasileiro, e apareceu em rede nacional no programa de Hebe Camargo (1929-2012), falando abertamente sobre a comunidade lésbica. Como representante política, atuou para toda a comunidade e conseguiu relacionar os assuntos em seu boletim com a situação brasileira da época, dando espaço para a mulher lésbica.

Diante de sua influência no movimento, ela se tornou símbolo da visibilidade lésbica no país, ajudando a criar uma aura de progresso e motivação para um grupo ainda veementemente marginalizado sob as novas formas de opressão que o século XXI apresenta, cenário ainda mais perigoso na segunda metade do século passado, e que na atualidade permanece em alerta diante das tentativas de privação dos direitos em algumas nações. Como precursora, suas vitórias foram reflexo das agruras

sofridas em vida, da representação antes não tida de forma tão abrangente e que galgou espaços, sobretudo da comunidade LGBTQIAP+ e expandindo-se para as ações feministas. Sendo assim, é apresentada a seguinte questão norteadora para esta pesquisa: De que forma Rosely Roth contribuiu para o movimento lésbico-feminista brasileiro sob os aspectos da memória, ativismo e visibilidade?

A partir desta indagação, estabeleceu-se como objetivo geral é resgatar o legado de Rosely Roth para o movimento lésbico-feminista no Brasil. Para tal, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: a) apresentar percepções sobre a visibilidade lésbica sob o conceito de gênero e sexualidade; b) retratar a vida de Rosely Roth durante o cenário da ditadura brasileira; c) refletir sobre o legado de memória, ativismo e visibilidade lésbica através da biografia traçada.

Esta pesquisa é justificada, *a priori*, pela importância de se retratar na ciência brasileira o papel da mulher lésbica na política, educação, cidadania e cultura, dentre tantos eixos que formam a sociedade. Marcadas pela invisibilidade, esta discussão torna-se ímpar para reaprender a jornada dessas mulheres que, na História, estiveram presentes, mas nem sempre foram representadas. Na literatura científica, ainda há muito que se caminhar a respeito da temática. Nesse sentido, trazer uma figura de forte atuação para um grupo minoritário quanto aos direitos que ainda hoje são questionados é uma forma de resgatar uma memória colocada em situação de esquecimento pelo olhar heteronormativo e patriarcal.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, possui uma abordagem qualitativa, bem como o caráter bibliográfico e documental, sendo exploratória-descritiva quanto aos objetivos. Além disso, trata-se de um estudo biográfico acerca da vida de Rosely Roth e suas contribuições para o movimento lésbico-feminista brasileiro.

Considerando a fala de Bourdieu (2015, p. 183), “[...] uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história”. Dessa forma, possibilita compreender como a trajetória da existência biográfica é construída mediante os estados sucessivos no qual ela foi desenvolvida e, assim, retratar o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado aos outros agentes envolvidos no mesmo espaço-tempo.

Isto posto, é válido ressaltar a perspectiva de Gonçalves e Silveira (2021) ao declarar que as produções de caráter bibliográfico podem ser identificadas como fontes de registro, memória e também de informação, não apenas por relatar sobre o

sujeito de quem se deseja apresentar os fatos, mas considerando do mesmo modo o contexto, as experiências, as memórias, o momento histórico vivido e as dinâmicas sociais e culturais do biografado e da época retratada. Alinha-se a isso o pensamento de Schmidt (2012), ao compreender que a biografia não se justifica por si só, mas também tem o intuito de contribuir para o avanço de discussões acerca do conhecimento histórico.

Neste sentido, no âmbito desta pesquisa, buscou-se compreender um recorte da história lésbica por meio da trajetória de Rosely Roth, uma militante que se dedicou em lutar pela visibilidade de mulheres durante o período da Ditadura Militar no Brasil. É pertinente salientar que, embora o artigo tenha como foco a vida de Roth, alguém com suas próprias vivências e motivações pessoais, esta também integra o coletivo, e relatar sua biografia por intermédio de diversos tipos de registros permite uma discussão de outras demandas sociais que atravessam sua existência e de tantos outros sujeitos dissidentes, como as questões em torno da saúde mental, opressões, apagamentos, representatividade e tantas outras.

Reflexões sobre gênero, sexualidade e visibilidade lésbica

Ser uma mulher lésbica que vive em uma sociedade atravessada por preceitos que divergem de sua existência plena, é algo que provoca contínuas discussões acerca de sua visibilidade num mundo heteronormativo. Ao discorrer sobre gênero, Louro (1997) ressalta que em diversos períodos da história das civilizações, as mulheres foram vítimas de inúmeros tipos de opressão, sendo estas de forma isolada – podendo citar seu núcleo familiar – e também coletiva, isto é, pela sociedade e as imposições ditadas pela visão patriarcal.

Do mesmo modo, Lezi e Silva (2018) refletem sobre tal fato ao enfatizar que este grupo é interceptado por eixos de poder – isto é, marcadores sociais que constituem a interseccionalidade – que impossibilitam uma identidade específica ou universal, principalmente ao considerar o tempo e espaço na construção dessa identidade. Assim, entende-se que ao analisar questões sociais e de desigualdade, é preciso considerar, nas palavras de Crenshaw (2004, p. 10), que “nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos”, ou seja, não se deve observar as pessoas como pertencentes a categorias isoladas, mas como um processo de sobreposição, de interação, contribuindo para o reconhecimento de opressões e privilégios.

Segundo Perrot (2005), os homens do século XIX buscaram conter o poder em ascensão das mulheres e de forma efetiva conseguiram não só as manter em casa e privá-las da independência, mas também excluí-las de certos espaços e domínios, desde a formação artística até a produção industrial, passando pela sua atuação política e sua própria narrativa. Isto canalizou as energias dessas mulheres para o ambiente doméstico ou social doméstico, isto é, como mães e também amigas de outras figuras maternas. Pode-se observar que toda essa validação foi construída por proibições e obrigatoriedades sociais vigentes, mas que, de todo modo, não segurou por tanto tempo o potencial da mulher.

No entanto, conforme Fraccaro (2018), é preciso considerar que a experiência da mulher é envolta de relações de controle através da sexualidade, maternidade e o trabalho, configurando a necessidade de um olhar específico. Nesse viés, ressalta-se que, no século XX, por exemplo, a classe operária era feita pelos dois sexos e a mão de obra feminina, apesar de invisibilizada ao longo do tempo, foi utilizada. Fraccaro (2018, p. 21) ainda explicita que, no cenário brasileiro, “os esforços para superar as ausências delas na história também envolveram a tentativa de compreender a vida das mulheres no mundo do trabalho”, isto é, existiam mulheres que já rompiam com essa percepção por escolha e também por necessidade, exercendo outras funções. Portanto, a ideia de que elas estariam relegadas apenas ao ambiente doméstico não corresponde a totalidade dessas mulheres, visto que este é apenas um recorte de uma classe social.

Ao colocar o lesbianismo sob a perspectiva histórica, torna-se inevitável não colocar também em evidência a questão de gênero, bem como a própria identidade feminina, visto que os maiores obstáculos relacionados à história das mulheres ao redor do mundo “deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados” (Perrot, 2005, p. 29). Dessa forma, a invisibilidade que cerca a mulher lésbica vem disposta sobre as raízes que tornaram a mulher invisível, colocando-a, de certa forma, como um ser assexuado quando não estava exercendo seu papel reprodutor, visto que “A ausência do nome produz a ausência do personagem. Quando não somos silenciadas, invisibilizadas, somos violentadas fisicamente e nos negam o direito de amar, portanto, de existir” (Dias, 2019, online).

Contudo, é preciso se atentar ao fato de que, por mais que a homossexualidade feminina esteja sob o véu da inexistência, ela resiste as opressões ao longo da história da humanidade. O lesbianismo está ligado aos contextos culturais e históricos de um tempo, pois a existência de tais práticas sexuais e amorosas entre

mulheres não devem ser negadas nas sociedades, mesmo aquelas onde ser quem você é e amar quem você ama ainda é considerado crime. Ainda assim, em sua grande maioria, foram condenadas ou negadas nas culturas heteronormativas e patriarcais em que viviam, tornando suas histórias pouco estudadas ou deturpadas (Faquat, 2009). Sobre isso, é importante ressaltar que

Os processos de negociações de subjetividades são realizados de forma concreta em várias escalas espaciais como em casa, na vizinhança, no bairro, na cidade, no corpo e assim por diante. O corpo das mulheres lésbicas são espaços de realização de desejos, emoções e também expressam sinais que possibilitam reconhecimento de identificação entre pessoas que compartilham semelhantes processos de subjetivação (Lenzi; Silva, 2018, p. 8).

Dessa maneira, é possível observar que o corpo das mulheres não está atrelado somente a sua relação para com o homem sob uma visão de complementaridade, fato este que, por muito tempo, determinou as práticas sociais de épocas anteriores. Para Rich (2010), essa fórmula de manter o feminino inserido nos limites sexuais masculinos acaba por reforçar a heterossexualidade a elas com o intuito de assegurar o direito masculino de modo físico, econômico e emocional sobre as mulheres, ressaltando que não é apenas a desigualdade de gênero e o tabu com a homossexualidade que forma essa limitação. Portanto, um desses esforços está em invisibilizar a possibilidade lésbica que, como caracteriza a autora, se trata de “um continente engolfado que emerge à nossa vista de modo fragmentado de tempos em tempos para, depois, voltar a ser submerso novamente” (Rich, 2010, p. 34).

Portanto, existir como lésbica por si só já é uma ruptura dos tabus que as rejeitam pelas vias afirmativas de um modo de vida compulsório, bem como se apresenta na forma de um contra-ataque ao direito masculino direto e indireto sobre seu acesso às mulheres. Sendo assim, também é uma recusa ao patriarcado e, portanto, um ato de resistência ao existir, o que, apesar da poética, se desfere sobre o corpo da mulher lésbica em uma forte retaliação. A sociedade, exercendo poder sobre a marginalização de tais corpos, inclui vigas de sofrimento sobre essas mulheres, relegando-as também ao isolamento, distúrbios psicológicos e diversas formas de violências, que caminham tanto de forma simbólica quanto física em suas vidas (Rich, 2010).

Como afirma Louro (1997), é preciso compreender tudo o que é socialmente atribuído a construção dos sexos para buscar entender o lugar e as relações de homens e mulheres na sociedade. Esse debate terá, portanto, o objetivo de constituir um conceito fundamental acerca do gênero por meio de uma nova linguagem. Nesse

sentido, o pensamento de Rich (2010) explicita que a existência lésbica tem sido pautada por uma falta de acesso aos conhecimentos de suas vivências e continuidade nas relações sociais. Há, nesse cenário de desnaturalização do amor entre mulheres, a destruição de registros e de fontes de memória que documentam sua existência a fim de manter a heterossexualidade compulsória entre o público feminino, “afinal o que tem sido colocado à parte de nosso conhecimento é a alegria, a sensualidade, a coragem e a comunidade, bem como a culpa, a autonegação e a dor” (Rich, 2010, p. 36).

Relacionado a isso, Falquet (2012) aponta que muito se discute acerca da ideia de que a lesbianidade é uma categoria recente pensamento ocidental, isso porque

Ela implica numerosos postulados eminentemente sociais, os quais foram progressivamente instalados em diferentes sociedades. Alguns deles são amplamente partilhados para além do mundo ocidental – a crença na existência de mulheres e de homens, e em que estas mulheres e estes homens são como tal em função de um “sexo” que lhes seria conferido pela Natureza. Outros são mais específicos: conferir às pessoas uma identidade sexual com base em práticas sexuais, decretar que esta identidade é estável e permanente (até mesmo inata), enfim, fazer coincidir esta “identidade” com um tipo de caráter ou de personalidade (Falquet, 2012, p. 10-11).

Ou seja, a questão do gênero também está inserida na visão das práticas sexuais, o que corrobora com a construção das identidades. Por muito tempo, os conceitos biológicos atrelados ao sexo influenciaram a perspectiva de gênero e a própria existência de pessoas que não estão inseridas no padrão estabelecido – como os sujeitos não-binários e *queer*. Isto posto, é a partir disso que Lenzi e Silva (2018) levantam o ponto paradoxal de que as mulheres lésbicas tanto foram negadas pela direita conservadora como pela esquerda homofóbica, promovendo fissuras nas diversas facetas identitárias que compunham o movimento, seja no âmbito sexual, de gênero ou pela própria posição política.

É nesse viés que a primeira forma de contribuição da organização lésbica para os movimentos sociais se tornou justamente interrogar seus limites e questionar sobre o que não foi considerado ao se pensar as práticas cotidianas nos seus objetivos políticos, principalmente acerca da sexualidade, da família e divisão sexual do trabalho, bem como os papéis de gênero. Tais críticas formuladas pelas mulheres lésbicas e articuladas pelo movimento feminista são um espelho para as diferentes frentes de militantes para conseguirem retratar de fato toda a amplitude política que ostentavam (Falquet, 2012).

Há, portanto, um caminho percorrido entre as reflexões de gênero, sexualidade e visibilidade lésbica, no qual os elementos constituintes de cada um formam uma relação interdependente entre si. O conceito de gênero, por vezes, foi revalidado pelas características biológicas dispostas sobre o corpo humano, o que, hoje, sabe-se ser apenas um fator dentre tantos que fornecem a identidade de alguém. Com base nisso, a mulher lésbica teve seu histórico pautado pela questão do gênero, mesmo sendo invisibilizada por sua forma de ser, seja como mulher cisgênera ou não. Assim, a visibilidade lésbica está atrelada a luta de um grupo diversificado e que coexiste para além das adversidades que confrontam suas vivências. Para tal, reavaliar e recontar uma parte dessa história pode revisitar uma nova perspectiva sobre a memória do movimento lésbico e, em específico, sobre suas mudanças e avanços provocados por um famoso levante no Brasil.

Histórias e memórias lésbicas durante a Ditadura Militar

Entre os anos de 1964 a 1985, o Brasil se deparou com um dos momentos mais desafiadores da sua história, a instauração do regime da Ditadura Militar. Diversas pessoas foram vítimas da censura, da violência física, verbal e psicológica, das ameaças, prisões – muitos exilados – e tantos outros males que assolaram o país. Nesse contexto, a comunidade LGBTQIAP+ foi uma das que sofreu cotidianamente com os tempos obscuros da época. Diante do recorte feito nesta pesquisa, este cenário será pensado com base na vivência de mulheres lésbicas.

As primeiras iniciativas políticas voltadas para os direitos LGBTQIAP+ no Brasil despontaram em meados de 1978, momento em que foram organizados e fundados grupos como o SOMOS e posteriormente o Grupo Gay da Bahia (GGB), assim como o surgimento de um veículo de informação fundamental para relatar experiências, disseminar ideias e combater a repressão sofrida pela comunidade, o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981). Em paralelo a esses avanços, diversas pessoas foram alvo da hostilidade.

De acordo com Quinalha (2021), a repressão policial nas ruas foi uma das características mais visíveis de violência contra homossexuais, travestis e prostitutas. No que concerne aos pontos de sociabilidade e diversão em que pessoas da comunidade iam, havia um monitoramento intenso sobre homens que desejavam outros homens e mulheres que buscavam mulheres. Por tais ações, estas pessoas encontravam-se em um situação de assédio constante por meio de batidas policiais,

tortura física e psicológica, bem como extorsão e outras formas de violação de seus direitos humanos fundamentais, visto a marginalização em que eram colocados, segmentando o direito à rua dos LGBTs.

Contudo, é preciso ressaltar que tanto o isolamento quanto o confinamento dessas pessoas não foi algo inaugurado pela ditadura em si – visto que anteriormente já existiam essas formas de violências contra a comunidade –, mas que, na verdade, foi acentuado por meio da centralização de poder de um regime autoritário, em que o policiamento exercia a função de braço do estado em cima dos espaços públicos.

Diante deste contexto, o denominado “lesbianismo” foi um termo comumente usado durante todo o século XX para se referir a sexualidade lésbica de forma pejorativa, pois tem sua origem ligada ao pensamento médico europeu do século anterior, quando se teve um início propriamente dito da patologização das sexualidades não heterossexuais. Foi por meio desse processo, inclusive, que a ciência construiu diversas categorias de perversão, anormalidade e inversão, mediante uma concepção organicista, para buscar tratar ou até mesmo explicar as manifestações da sexualidade humana com base na fisiologia e anatomia. No caso da vivência das mulheres lésbicas na ditadura brasileira, o estigma e a repulsa giravam em seu entorno (Kumpera, 2023).

Foi somente nas décadas seguintes que o movimento lésbico afluiu de forma mais complexa e variada, contando com espaços mais ou menos abertos para sua socialização e lazer, bem como uma literatura decerto mais representativa do que os trabalhos literários de épocas anteriores, possibilitando um contexto de maior visibilidade e identificação. É preciso ressaltar que até mesmo os bons frutos colhidos possuem gostos amargos, tanto por conta de um lado, por vezes enclausurador, influenciado pela expressão de um modelo gay masculino e, por vezes, por uma política reformista que conduz o movimento a uma neutralização ou normalização (Falquet, 2009).

Fernandes (2018) explica que além dos embates citados previamente, houve uma tensão latente entre as feministas brasileiras e as lésbicas. O movimento feminista não simpatizava e nem apoiava estas mulheres, e isso partia de diversos fatores como o preconceito, a aversão ao termo “lésbica” nos debates políticos e na conjuntura social, a concentração em outras pautas que eram consideradas prioridade na luta pela igualdade de gênero, as divisões dentro do próprio movimento, entre outros motivos. De acordo com Pinto (2003, p. 55), existiu uma “tensão entre aquelas que pensavam que o feminismo tinha de se estar associado à luta de classes e aquelas

que associavam o feminismo a um movimento libertário que dava ênfase ao corpo, à sexualidade e ao prazer”.

Em um destes episódios de discordância, durante a participação do Grupo Lésbico-Feminista no II e III Congresso da Mulher Paulista em 1980 e 1981, após apresentarem suas ideias revolucionárias, as lésbicas não foram bem aceitas, pois para grande parte das mulheres ali presentes o seu discurso “soava como algo muito radical” (Fernandes, 2018, p. 95). Em complemento, Pinto (2003) afirma que, apesar do caráter difuso e de suas fragilidades, no final da década de 1970, o movimento feminista já existia no país com tamanho o suficiente para incomodar os poderes designados aos homens, fossem eles de esquerda ou direita.

Outrossim, outro conflito ocorreu dentro do Grupo SOMOS, pois diante dos episódios de misoginia sofridos por elas, marcados por “atitudes machistas e discriminatórias dos companheiros de militância”, bem como pelas divergências constantes entre gays e lésbicas dentro da organização, o LF resolveu sair do grupo e agir de forma autônoma (Fernandes, 2018, p. 93).

Sobre a ditadura, assim como os demais grupos que compõem a comunidade LGBTQIAP+, as lésbicas foram constantemente perseguidas em rondas a mando de delegados conhecidos. Quinalha (2021) traz o nome de Richeti, delegado que atuou repressivamente sobre seus alvos, bem como aponta para uma das edições do *Repórter*, de 1941, na qual uma de suas notícias trata sobre a intitulada “Operação Sapatão: Polícia ataca lésbicas”, matéria que muito representava as batidas da polícia contra mulheres nos bares de São Paulo. Tais ações influenciaram a construção de práticas que levariam a uma revolta histórica nessa comunidade: o *Stonewall* brasileiro.

Foi na rua Martinho Prado, onde estava localizado o Ferro’s Bar, um tradicional local de encontro de mulheres homossexuais desde 1960 por ser, nas palavras de Rita Von Hunty em um episódio do *podcast* *Tempero Drag* (Chana com Chana [...], 2024, 08:52 min), um “espaço de resistência, mais ou menos velada, porque os donos não eram LGBTs”, que um levante revisitou o descontentamento desse público com a repressão em cima de suas vidas e de sua liberdade. Contudo, é preciso apontar que apesar de ser considerado um local que foi cenário de um acontecimento importante para o movimento LGBTQIAP+, essa visão do Ferro’s Bar e de seus proprietários reflete um pensamento influenciado pelo pós-levante, ou seja, representa apenas uma parte da complexidade das tensões e dinâmicas sociais vividas no ambiente.

Por se tratar de um bar preferido dos coletivos de lésbicas e outras mulheres, era muito frequentado por este grupo, apesar de não ser tão frequentado por outras pessoas LGBTQs, como gays, pessoas trans ou travestis, denotando um certo afastamento entre mulheres lésbicas e bissexuais e as outras identidades da sigla. Neste sentido, Quinalha (2021, p. 91) chama atenção para a ocupação dos territórios e ambientes urbanos paulistanos, que “se organizavam mais do ponto de vista das clivagens de gênero do que da sexualidade, em um momento em que a identidade travesti estava em processo de ascensão e estabilização.”

Essa realidade constitui toda a composição histórica que deu o estopim para o levante do Ferro's Bar, não obstante, em sua nomenclatura, estar atrelada também a outro movimento importante para a comunidade globalmente, como no *Stonewall*. Conforme Fortes e Negro (2004), a salvaguarda de documentos representava, na época, uma forma de luta contra a repressão brutal do Estado, trazendo a tona o papel da documentação dos ocorridos e importância de mantê-los relevantes atualmente. A partir disso, Kumpera (2023) demonstra que os documentos analisados da ditadura apresentam a lesbianidade como elemento que também integrava o imaginário anticomunista, a suspeita sobre a sexualidade dessas mulheres alertava os demais e inflavam um pânico sobre a moral.

O lesbianismo como movimento social apareceu apenas no final dos anos 1960 no ocidente por meio de uma atmosfera revolucionária. Ele surge vinculado à segunda onda feminista e ao próprio movimento homossexual desenvolvido a partir de *Stonewall*, em 1969, como forma de lidar com as opressões da polícia em bares frequentados pela comunidade LGBTQ. Contudo, Falquet afirma que “as lésbicas não demoraram a criticar a misoginia, o funcionamento patriarcal e os objetivos falocêntricos do movimento homossexual, dominado pelos homens” (Falquet, 2009, p. 123).

É nessa efervescência política e social que tal acontecimento traz para o olhar nacional um nome que liderou não apenas um ato revolucionário, mas que carregou também a distinção da luta pelos direitos à existência das mulheres lésbicas: a antropóloga Rosely Roth. É por meio da contação do levante do Ferro's Bar que será atrelada parte da história de vida de Rosely a fim de seguir o fio de suas ações para além do movimento que a tornou uma personagem que trouxe visibilidade para as lésbicas no Brasil.

Eu sou e me sinto como mulher: a trajetória de Rosely Roth

Lésbica, antropóloga, ativista, judia, feminista, mulher. Isoladamente, cada uma dessas características possui um conceito e estudo para descrevê-las, contudo, quando associadas em uníssono, representam a magnitude que foi Rosely Roth. Para este artigo, visando compreender a sua existência, bem como causas e efeitos, faz-se necessário conhecer seus antecedentes, ou seja, sua vida antes da concepção como pioneira. Nascida no dia 21 de agosto de 1959 em São Paulo e de família judia, Rosely cursou escolas de mesma abordagem na infância e adolescência, formando-se na fase adulta em Filosofia no início da década de 1980 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e, em 1986, na mesma instituição, fez pós-graduação em Antropologia. É válido destacar que ela era uma mulher branca de classe média alta, o que lhe colocava em certas situações de privilégio, como, por exemplo, estudar em instituições reconhecidas, porém, isso não diminuiu o seu trabalho na militância.

Em sua primeira formação, seu trabalho foi intitulado como “Vivências Lésbicas

- Investigação acerca das vivências e dos estilos de vida das mulheres lésbicas a partir da análise dos bares frequentados predominante por elas”, defendido em 1981, e na pós-graduação com o título “Mulheres e Sexualidades” em 1987, no qual ela trabalhou em ambos com a temática das experiências e histórias do referido grupo minoritário, denotando não apenas um interesse no assunto, bem como nos diz que Rosely, em uma época já ameaçada pelas agruras da ditadura, por mais que estivesse resguardada nas paredes universitárias, trabalhou com um tema relevante para a sociedade e que refletia também sua própria vivência. Sobre a realidade do contexto universitário durante o período da Ditadura Militar, Kumpera (2023) discorre:

As universidades foram alvo de vigilância e intervenção dos militares por ocuparem uma posição estratégica no projeto autoritário. Por um lado, eram consideradas locais de efervescência do comunismo, por nela se encontrarem professores e estudantes de esquerda que se opunham abertamente à ditadura (Kumpera, 2023, online).

Martinho (2021) salienta que, apesar da sua relação com a cultura judaica, nem Rosely, nem sua família eram religiosos e, no seu caso em específico, ela era atea e anarquista. Em 1981, se tornou membro dos grupos Lésbico-Feminista (LF) e do SOS Mulher, embora tenha se desligado do grupo um ano após sua inclusão e, logo depois, fundou, em parceria com Míriam Martinho, o Grupo Ação Lésbica/-Feminista (GALF), que deu continuidade as ações da LF após seu encerramento e que,

ao longo do tempo, iria desenvolver características particulares em termos políticos (Martinho, 2012).

No GALF, desempenhou tanto a função de escritora dos boletins ChanacomChana (1982–1987) e Um Outro Olhar (1987–1995), quanto organizadora de debates entre o movimento lésbico e outros grupos da época de mulheres feministas, pessoas homossexuais e do próprio movimento negro, bem como figuras políticas da época. Além disso, Rosely teve sua presença na mídia nacional brasileira como defensora dos direitos das mulheres lésbicas. Sobre isso, Kumpera (2023) afirma que as representações estereotipadas e lesbofóbicas circulavam em todos os ambientes, ganhando força por meio do aparato institucional repressivo na imprensa, televisão, produções audiovisuais e na própria literatura científica. Havia, portanto, um fortalecimento desse imaginário de doença e imoralidade que cercavam tais mulheres, legitimando sua marginalização na sociedade. O fato de Rosely ir a público falar sobre o assunto abertamente, nesse contexto, teve sua importância e projetou sua imagem.

Ao discutir sobre o regime ditatorial no Brasil, Fernandes (2018, p. 91) analisa que este atuava fortemente contra a população LGBT, que movida pela coragem e resistência, estabeleceram “uma agenda inédita, progressista e transformadora, lutando por visibilidade, respeito, combate à homofobia e pela redemocratização do país”. Essa fala remete às ações desenvolvidas pela comunidade citada como forma de sobreviver diante da rédea curta imposta pelo Estado. Não obstante a isso, tanto os homens homossexuais quanto as mulheres lésbicas, bem como outras identidades da sigla, não foram de todo cooptadas a seguir o *status quo*, indo contra as algemas estatais e policiais que as rodeavam.

Nas palavras de Martinho (2012, online), “até hoje, não surgiu quem superasse em excelência, Rosely Roth como a ativista lésbica do Brasil”. Foi ela quem ajudou a representar o movimento lésbico brasileiro, conectando lutas e fortalecendo ações políticas e informativas para este grupo em especial. Por meio de sua apresentação em rede nacional como mulher lésbica, de forma aberta e sincera, que sua mensagem foi compartilhada para além dos grupos que já a conheciam, rompendo barreiras.

Dessa forma, a data de 19 de agosto, dia do Orgulho Lésbico Brasileiro, é tanto para lembrar sobre a pequena, porém revolucionária *Stonewall* brasileira e paulistana, como também é uma homenagem as ativistas que viveram o momento no Ferro’s Bar. Dentre elas, estava Rosely Roth, nesse momento que será retratado

posteriormente. Todavia, antes disso, é pertinente mencionar que acerca da intencionalidade das datas comemorativas.

Segundo Pollak (1989, p. 8), existe uma fronteira entre o dito e o não dito, o que se confessa e o que se guarda, caracterizando “uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor”. Esta compreensão demonstra que a memória coletiva também sofre ação da sociedade e dos entes que detém poder. Em virtude disso, as datas públicas acabam sendo atreladas a um caráter de transferência que podem ser sancionadas legalmente, fomentando a construção de uma cronologia oficial dos fatos (Pollak, 1992). Ainda sobre essa intencionalidade da memória, Pollak (1992) enfatiza que esta

é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política (Pollak, 1992, p. 203).

Conforme o autor, a memória nacional é objeto de importante disputa, aspecto que se tornou comum em conflitos na determinação de datas e acontecimentos de um povo. Ao destacar o seu fator flutuante e mutável, seja ela individual ou coletiva, deve-se considerar que existem pontos imutáveis na maioria das memórias. No caso de uma história de vida individual – ressaltando que isto é possível também em memórias coletivas –, é como se os elementos que a constituíssem fossem tão irredutíveis a ponto de sua solidificação se sobrepor a ocorrência de variações (Pollak, 1992).

Como forma de representar os acontecimentos que ocorreram na data que posteriormente se tornou o dia do Orgulho Lésbico Brasileiro, registros foram realizados por vários veículos midiáticos. A Figura 1 apresenta um exemplar do boletim ChanacomChana, à edição de número 4, que trouxe na capa uma imagem do ocorrido, bem como a discussão sobre o Levante. Nele, é possível visualizar um grupo de mulheres reunidas dentro do bar ao redor de Rosely, que discursava. Na chamada do Boletim, na parte superior, está escrito “Ferro’s Bar, dia 19 de agosto: uma vitória contra o preconceito”, descrevendo o tema inicial do encontro neste dia.

Figura 1 – Exemplar número 4 do boletim ChanacomChana



Fonte: Site Um Outro Olhar. © Coleção Chanacomchana. Míriam Martinho.
Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2023/04/chanacomchana-4-resgate-e-edicao.html?m=1>. Acesso em: 19 de jul. de 2024.

É válido ressaltar que o respectivo boletim atuava nas brechas da Ditadura Militar, tendo um lugar de importância para a memória das mulheres cuja existência enfrentaram o avesso político da época que atravessava os corpos femininos que não estavam dispostos aos gêneros normativos. O ChanacomChana deixa como legado o registro das “experiências de mulheres cujos gêneros e sexualidades escaparam da feminilidade normativa vigente à época, consagrada como um dos mais valiosos bastiões da família patriarcal” (Salgado; Ferreira; Amaro, 2021, p. 1609). A revista apresentava notícias, fofocas, entrevistas, cartas, relatos, poesias, entre outros tipos de textos, sendo um espaço de liberdade de expressão, conforto e visibilidade para suas leitoras.

No fluxo da década de 1980, o Levante ao Ferro's Bar, localizado em São Paulo, foi um marco para a comunidade. Antes de se tornar um local de encontro para mulheres lésbicas e bissexuais, era conhecido por acolher pessoas que se identificavam com ideias comunistas. Nesse contexto, houve a criação do ChanacomChana, que era distribuído durante os encontros no bar, trazendo textos sobre o feminismo lésbico e críticas ao governo. Contudo, a circulação do panfleto

desagradou o dono do bar, que acabou culminando no interrompimento de sua distribuição. Tal fato gerou descontentamento, que impulsionou uma revolta coletiva nas frequentadoras do local e, no dia 19 de agosto de 1983, o Ferro's Bar se tornou palco de uma revolta que marcou a história do movimento lésbico brasileiro (Sampaio, 2021).

Quinalha (2021) pontua que a conveniência e colaboração dos donos de bares em favor da repressão era constante. Em 23 de julho de 1983, semanas antes do acontecimento, enquanto Rosely e outras mulheres do GALF vendiam o boletim, o proprietário e os funcionários as expulsaram por meio da força física. A polícia foi chamada e nada fez para a situação ser resolvida justamente. Logo, sob a liderança de Rosely, um protesto foi combinado para dia 19 de agosto do mesmo ano, levando a imprensa alternativa, ativistas LGBTs, feministas e políticos para frente do bar. Em torno das 21h30, várias pessoas entraram no bar anunciando o ato.

Na ocasião, o bar estava lotado. Dentre o público que tomava conta do local, também havia a presença de frequentadoras de longa data, outras nem tanto. Além disso, algumas pessoas estavam ali pela primeira vez, motivadas pelo anseio de participar da manifestação ou de simplesmente entender o que estava acontecendo. Tida como uma das principais figuras para o estopim do Levante, Rosely também marcou presença, participando ativamente do confronto. Sobre o episódio, Miada (2022) relata:

A imprensa estava presente e em meio aos flashes as lésbicas conseguiram finalmente entrar no bar. A deputada Irede Cardoso discursava pela liberdade democrática. Assim que entrou no estabelecimento, Rosely Roth subiu em uma das mesas e denunciou as atitudes autoritárias que se repetiam ali. Em frente à imprensa e a todos os presentes, o dono do bar, diante das denúncias e dos gritos por justiça, declarou que o grupo poderia vender o boletim no local. Esse acontecimento marcou a história do movimento lésbico e deu origem ao Dia do Orgulho Lésbico, comemorado todo dia 19 de agosto (Miada, 2022, p. 31).

No entanto, é preciso considerar que episódios de violência antecederam a revolta no Ferro's Bar, o que desencadeou uma vontade de mudança na gestão do local por parte das frequentadoras, mas que decidiram ficar após a promessa de mudança de tais práticas pelos donos do bar e de seus funcionários. O vento da mudança não trouxe, contudo, a transformação do ambiente e, após uma das moças sofrer violência física no local e as pessoas ao redor serem impedidas de ajudá-la, a gota d'água foi a expulsão de Rosely e de outras mulheres do bar enquanto vendiam o boletim, conforme matéria publicada no *site* do Jornal Midiamax (2019).

Com relação à afirmação supracitada, Pollak (1992, p. 207) reforça que compreender a memória como algo socialmente construído possibilita, do mesmo modo, entender que a “documentação também o é”, independente da sua natureza. Contudo, é preciso ressaltar que a matéria de jornal citada acima, apesar de ser um documento eletrônico, é uma fonte histórica que reflete uma perspectiva de uma época e não configura uma análise acadêmica desse período; sendo, portanto, uma reflexão adequada para o contexto, mas não uma análise científica.

Posteriormente, o ato de revolta teve a participação de diversas pessoas e, dentre elas, Rosely tomou a palavra em defesa do direito de existir e coexistir das mulheres lésbicas. Paralelo a isso, ao discutir sobre a trajetória de Irma Rossetto, por exemplo, uma militante também do período da ditadura, Barreiro Júnior (2021) reafirma que um relato de vida não deixa de ser influenciado por diversas referências. Isto pode ser refletido também no percurso político de Rosely, visto que o retrato de sua via, sobretudo na militância, também foi reforçado por outras perspectivas. Sua atitude, assim como outros momentos do Levante, foi registrada e hoje está inserida em acervos da comunidade, sendo utilizada até os dias atuais para retratar este momento histórico, como pode ser visto na Figura 2:

Figura 2 – Rosely Roth no levante ao Ferro’s Bar em 1983



Fonte: Ovídio Vieira; Folhapress (1983).

No contexto que se apresenta a história de Rosely, a criação de uma mídia para mulheres lésbicas fez parte da quebra de paradigmas que embasavam as zonas de invisibilidade provenientes da vigilância e controle, principalmente no interior das instituições sociais, que ditavam os padrões de reprodução (Salgado; Ferreira;

Amaro, 2022, p. 1609). Sendo assim, quando uma das poucas formas de expressão dessas mulheres sofreram uma ameaça direta, o denominado *Stonewall* brasileiro – ou *Stonewall* Paulistano – foi um sinal para essa resistência. Assim, ressalta-se aqui a importância de espaços de socialização para as minorias sociais terem a oportunidade do reconhecimento e protagonismo, usufruindo de seus direitos básicos, dentre eles, a segurança e o lazer.

De acordo com Lenzi e Silva (2018), para ultrapassar a ideia de um espaço fixo/material ou um local que traz a percepção sincrônica em que tanto as partes como o todo apresentam coerência para essas minorias, é preciso pensar o espaço geográfico dos grupos sociais cujas identidades sexuais são alvos. Para as autoras:

a existência homossexual em uma sociedade homofóbica implica reconhecer um espaço que é simultaneamente um elemento de negação e possibilidade de existência de sexualidades não heteronormativas. A existência das dissidências sexuais à norma heterossexual se dá por fissuras, brechas que são construídas por estratégias e ações de resistência (Lenzi; Silva, 2018, p.5).

Na edição de número 3 do boletim ChanacomChana publicada em 1983, Rosely trouxe um relato sobre a sua relação com a lesbianidade, sua experiência com o GALF e a sua opinião sobre a palavra lésbica:

A palavra lésbica me chocou. Eu, uma lésbica... A palavra pesava muito, homossexual parecia mais leve. Com o tempo, de tanto ouvir a palavra, sem a carga pesada, preconceituosa e pejorativa normalmente dada a ela, eu comecei a gostar de pronunciar e enunciar o termo, uma das formas de esvaziar este seu caráter ‘maldito’. Para entrar no grupo eu percorri um longo processo: teoricamente, eu era contra o preconceito à homossexualidade, combatia as manifestações homofóbicas, mas ao mesmo tempo sentia vergonha de ser lésbica. Era uma contradição vivida internamente e um dos passos para a superação desta contradição foi meu ingresso no GALF (ChanacomChana, 1983, p. 8).

Na mesma edição, Rosely afirma em um texto intitulado “Autonomia”, a importância dos movimentos sociais por parte dos setores oprimidos, sejam mulheres, pessoas negras, homossexuais, ecologistas, dentre outros, que podem chegar a uma transformação social. Tais lutas, como afirmava a militante, podem convergir em mais de um momento sem perderem suas especificidades, ou seja, por suas interseccionalidades.

No programa da apresentadora Hebe Camargo da emissora Bandeirantes que foi ao ar no dia 25 de maio de 1985, Rosely Roth foi uma das convidadas e fez uma participação relevante ao abordar sobre a lesbianidade e os desafios vivenciados por

mulheres lésbicas no Brasil. Porém, é crucial analisar criticamente os fatores que possibilitaram a sua aparição em um programa televisivo, sobretudo quando se considera sua posição social – branca, de classe média alta – que lhe oportunizava o acesso a espaços que despertavam o interesse da mídia dentro do campo de possibilidades da época, propiciando o seu engajamento na militância. Por mais que indivíduos nasçam e vivam inseridos em culturas particulares, um fator inédito os acompanha na contemporaneidade: a vivência em sistemas de valores heterogêneos de maneira tão simbólica e sem precedentes quanto sua extensão. Isto ocorre ao nível coletivo e individual, caracterizando este segundo pela interação de outros projetos individuais em um campo de possibilidades que operam mediante premissas e paradigmas culturais complexos e compartilhados entre si (Velho, 1999).

Embora sua participação em maio de 1985 seja utilizada como fonte neste artigo, é necessário salientar que esta não foi a única vez que ela participou do programa de Hebe Camargo, pois no ano seguinte, a antropóloga e ativista fez uma segunda aparição. Sobre a primeira, o canal do YouTube associado ao *site* Um Outro Olhar – e que leva o mesmo título – publicou no ano de 2019 o trecho em que Rosely aparece, do qual uma de suas falas foi transcrita abaixo:

Muitas pessoas acham que as mulheres lésbicas não são mulheres. Quer dizer, eu sou e acho, me sinto como mulher. Acha que é um terceiro sexo, marciana. Eu acho importante, porque quando a gente pensa que se é mulher, coloca-se um estilo de vida lésbico como possível pra qualquer mulher. E agora me dirigindo mais pras mulheres lésbicas aí do Brasil todo, quer dizer, a gente existe, por enquanto é um grupo pequeno e a gente tá tentando pensar sobre isso, aliviar as mulheres da culpa, vergonha e dos conceitos que fazem mal, que atrapalham a vida da gente. Não é a nossa sexualidade, mas a repressão que a gente sofre, o policiamento é que faz mal (Um Outro Olhar, 2019, 00:38 s).

Na ocasião, a presença de Rosely, do psiquiatra e psicoterapeuta Ronaldo Pamplona, e de Maria Amélia – uma senhora funcionária pública, cristã e mãe de uma filha lésbica, manifestou comentários preconceituosos e movidos por um discurso de ódio direcionados a Rosely, porém, a ativista não se deixou abalar e aproveitou para divulgar a caixa postal do boletim ChanacomChana em rede nacional – gerou uma série de debates acerca do amor lésbico, e da aprovação por lei de que a homossexualidade não fosse mais vista como uma doença, conforme apontado por Pamplona ao segurar o documento oficial do Conselho Federal de Medicina com as informações proferidas por ele (Miada, 2022). O título desta seção faz referência a fala de Rosely destacada no trecho da sua participação apresentado acima, em

especial o momento em que a ativista declara ser e se sentir mulher, mesmo que parte do público feminino argumenta-se na época que as lésbicas não poderiam ser consideradas como tal. Sobre sua vida nos anos seguintes, a militante passou a se dedicar inteiramente ao reconhecimento da lesbianidade e da valorização das vidas dessas mulheres, produzindo textos simbólicos e reivindicando espaços diante da sua postura de liderança dentro do movimento lésbico-feminista brasileiro, bem como articulando com outros grupos sociais e políticos – contudo, sem afiliações partidárias, conforme a filosofia de mobilização do GALF – e inserindo-se nos debates a respeito da Constituição brasileira de 1988 para reforçar a garantia de direitos dos grupos minoritários no país (Chana com Chana [...], 2024).

Aos 31 anos, no dia 28 de agosto de 1990, Rosely faleceu. A causa da sua morte foi suicídio, resultante de sua esquizofrenia. Martinho (2021) declara que em 1987, durante a sua participação no IV Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe realizado no México, Rosely apresentou indícios de seu distúrbio, tendo o seu primeiro surto e sendo prontamente atendida por uma psiquiatra que estava presente no evento. Segundo Martinho (2021), a médica lhe prescreveu uma medicação e aconselhou que a ativista buscasse uma internação imediata para cuidar da sua saúde, assim como se afastasse da sua carreira na militância.

Apesar de não poder se afirmar, contudo, que a vida na militância a levou para tal estado mental, é possível compreender o quão significativa é a influência da luta social e política na vida dos sujeitos. Isso pode, em certa medida, influenciar a saúde mental de uma pessoa, bem como os desfechos relacionados às opressões e discriminações vivenciadas, sobretudo quando o conceito de saúde estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (Brasil, 2021) envolve todos os âmbitos da vida dos sujeitos, tais como: aspectos biológicos, sociais e ambientais.

Rosely lutou arduamente contra a sua condição, chegando a suspender a medicação, ter outros surtos e ser internada algumas vezes, até que acabou tirando a própria vida no apartamento da namorada, Vera Lúcia, localizado no bairro Madureira, no Rio de Janeiro. Pontua-se que essa doença é referente a um desequilíbrio químico- cerebral, provavelmente de origem genética, que levam mais de 10% das pessoas acometidas por ela a tirar a própria vida (Schumacher; Brazil, 2000).

Contudo, a memória de Rosely não está e não deve estar atrelada apenas ao fim de sua vida, pois toda a sua caminhada possui um grande legado para várias gerações que a conheceram pessoalmente e também para aquelas que tiveram a

oportunidade de ouvir sua história e feitos. Não se pode, no entanto, deixar de mencionar a importância da saúde mental, principalmente em relação às figuras biografadas.

Atualmente, a memória de Rosely está relacionada a toda sua luta social e política, bem como seu dever para desmistificação do pensamento das pessoas sobre a comunidade lésbica brasileira. Ela, com sua oratória e atitude, atuou ativamente contra os padrões de invisibilidade reverberados sobre as mulheres. Entretanto, embora Rosely tenha sido uma personagem que contribuiu para a história lésbica brasileira, a percepção que se tem sobre ela mediante os registros fotográficos e escritos, bem como na atualidade, é um reflexo a maneira como o movimento LGBTQIAP+ escolhe preservar e gerir seu passado, os acontecimentos, os personagens e sua memória. Conforme descrito anteriormente, Pollak (1989; 1992) enfatiza que a memória coletiva apresenta um leque de perspectivas que se relacionam, e essa conexão é essencial para a construção daquilo que se compreende como legados, afinal de contas, na maioria das vezes, estes são formados pelo compartilhamento de memórias e registros dos grupos e indivíduos.

Portanto, é fundamental ressaltar que sua história está relacionada a memória de sua luta, seu ativismo e a visibilidade conquistada para um grupo marginalizado, todavia, o reconhecimento do seu legado parte da visão daqueles que foram próximos e atuaram ao seu lado como militantes, da própria construção que a comunidade LGBTQIAP+ fez a partir dos relatos e registros, e dos documentos encontrados a respeito de sua trajetória.

Considerações finais

Com base no exposto, observou-se que o legado de Rosely Roth é representado tanto pela sua atuação pelo lugar do gênero feminino em movimentos sociais, como também seu ativismo em prol da sexualidade da mulher, auxiliando a levar informações para mulheres lésbicas tanto presencialmente como por intermédio do boletim ChanacomChana ao lado de Míriam Martinho. Como ícone de sua época, compartilhou abertamente sobre quem era e alcançou o respeito de suas companheiras. É por este estudo biográfico que se considera, portanto, que os objetivos que deram início a pesquisa e a questão norteadora foram atingidos.

Durante o período da Ditadura Militar, as sexualidades dissidentes, como gays e lésbicas, foram alvo de inúmeras tentativas de censura, assim como de

violências que vão muito além da verbal e física, isto é, vítimas dos ataques a sua existência, oprimidas pelo regime ditatorial simplesmente por amar e nunca desistir de lutar por dias melhores. Nesse período, as vozes que se sobressaíram ao regime gritaram pelos direitos das pessoas marginalizadas, falaram alto contra as injustiças e buscaram, como podiam, proteger a comunidade às quais pertenciam.

Dentre as referências para o movimento LGBTQIAP+ brasileiro, optou-se escrever este artigo tendo como enfoque a história de Rosely Roth justamente pelo seu impacto na comunidade lésbica nacional, como alguém que defendeu de todas as formas possíveis que estas mulheres fossem respeitadas e tivessem o direito de existir e amar. Contudo, é importante problematizar que alguns aspectos possibilitaram a inserção de Rosely em determinados espaços, bem como sua atuação na militância, posto à sua condição de pessoa branca e de classe média alta. Nesse ponto, a perspectiva da interseccionalidade pode ser a lupa para visualizar uma representação consciente das figuras a serem retratadas ao longo de uma narrativa.

Na busca por fontes a respeito de sua vida, foi verificado que, no âmbito científico, a figura de Rosely aparecia como menções em pesquisas sobre a Ditadura Militar, as ações do movimento LGBTQIAP+ e das feministas, bem como a lesbianidade neste período e o boletim ChanacomChana, mas nunca isoladamente sobre ela, o que nos inquietou de imediato. Decerto foram encontrados textos escritos por Míriam Martinho e outros registros e fontes históricas como as declarações feitas pela própria antropóloga, uma de suas participações no programa da apresentadora Hebe Camargo, além de um episódio do podcast *Tempero Drag* dedicado a sua história, todavia, não foram identificadas produções acadêmicas focadas exclusivamente em discutir sua história.

Por conseguinte, espera-se que com este artigo mais pesquisas surjam a respeito desta mulher que teve um papel inspirador e fundamental para a história do movimento lésbico-feminista brasileiro. No âmbito científico, espera-se que a figura de Rosely vá para além da citação, se tornando parte do conhecimento científico como personagem histórica de seu tempo que influenciou a luta de mulheres lésbicas até hoje. Outrossim, espera-se que a sua vida e a de tantas outras mulheres que lutaram e continuam lutando pelos direitos da comunidade LGBTQIAP+ sejam celebradas e contadas para as futuras gerações.

Referências:

BARRERO JUNIOR, Roger Camacho. *Entre lágrimas, sorrisos e muita luta: a*

inserção das mulheres nos espaços políticos do Brasil por meio das trajetórias de três militantes de esquerda a – Lélia Abramo (1911 –2004), Luíza Erundina de Sousa (1934–) e Irma Passoni (1943 –). 2021. 536f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós- Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, GALF, n. 3, 1983. Disponível em: <https://cisges.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/09/chana-com-chana.pdf>. Acesso em: 19 de jul. 2024.

BOLETIM CHANACOMCHANA, São Paulo, Galf, n. 4, 1983. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2023/04/chanacomchana-4-resgate-e-edicao.html?m=1>. Acesso em: 19 de jul. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Ministérios da Saúde. O que significa ter saúde? **Gov**, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-querome-exercitar/noticias/2021/o-que-significa-ter-saude>. Acesso em 03 nov. 2024.

CHANA COM CHANA - Mulheres F*d4 - Rosely Roth. [Locução de]: Rita Von Hunt e Maria G. [S.l.]: Tempero Drag, 25 jul. 2024. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6MHT1Nl8J1stgjxZVc6rRe?si=c1c011bab54346b4>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Cruzamento: Raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2295749&forceview=1>. Acesso em: 01 nov. 2024.

DIAS, Elida. Política do Esquecimento: o que a história não diz, não existiu! *Brasil de Fato*, 29 ago. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/29/politica-do-esquecimento-o-que-a-historia-nao-diz-nao-existiu>. Acesso em 10 ago. 2024.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. *Cadernos de Crítica Feminista*, v. 6, n. 5, 2012. Disponível em: <https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/art-port-romper-o-tabu-da-heterossexualidade.pdf>. Acesso em 28 jul. 2024.

FALQUET, Jules. Lesbianismo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 122-128.

FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan;

CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-120.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi. Esquerda e direita: fontes nacionais para a História social. *Métis: história & cultura*, v. 3, n. 5, 2004. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1141>. Acesso em: 28 out. 2024.

FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917- 1937)*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2018.

GONÇALVES, Rita de Cássia; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biografias e autobiografias como fontes de informação e memória. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, Brasil, v. 12, n. 1, p. 82–103, 2021. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v12i1p82-103. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/178542>. Acesso em: 22 jun. 2024.

KUMPERA, Julia. É suspeito ser lésbica?. *Memorial da Resistência de São Paulo*, 05 ago. 2023. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/noticias/e-suspeito-ser-lesbica/#:~:text=A%20ditadura%20se%20preocupou%20com,e%20centrado%20na%20fam%C3%ADlia%20heterossexual>. Acesso em 19 jul. 2024.

LENZI, Maria Helena; SILVA, Joseli Maria. ‘Faço de conta que eu não existo e você faz de conta que não me vê’: Geografias Lésbicas na Ditadura Militar em Florianópolis –SC, Brasil. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 2, p. 114-152, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12790>. Acesso em 27 jul. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINHO, Míriam. Tributo a Rosely Roth, pioneira da visibilidade lésbica no Brasil. *Um Outro Olhar*, 29 ago. 2012. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/tributo-rosely-roth-e-livreto-dia-do.html>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MARTINHO, Míriam. Rosely Roth: ouçam nossas vozes no dia mundial da pessoa com esquizofrenia. *Um Outro Olhar*, 24 maio 2021. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2021/05/rosely-roth-oucam-nossas-vozes-no-dia-de-conscientizacao-sobre-a-esquizofrenia.html>. Acesso em: 18 jul. 2024.

MARTINHO, Míriam. Memória lesbiana: Rosely Roth, amiga do coração!. *Um Outro Olhar*, 28 ago. 2021. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2021/08/memoria-lesbiana-rosely-roth-amiga-do-coracao.html>. Acesso em 27 jul. 2024.

MIADA, Alice. *Se safo, agora, nos visse: rotas de existências lesbianas através dos boletins ChanacomChana*. 2022. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História da Arte) - Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

- MIDIAMAX. *Rosely Roth, a pioneira do movimento lésbico no Brasil*. Uol, 2019. Disponível em: <https://midiamax.uol.com.br/midiamais/comportamento/2019/rosely-roth-a-pioneira-do-movimento-lesbico-no-brasil/>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). *Revista Periódicus*, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017, p. 06-19. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- PINTO, Regina Jardim Céli. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 25 out. 2024.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 25 out. 2024.
- QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>. Acesso em: 28 jul. 2024.
- SALGADO, Raquel Gonçalves; FERREIRA, Dantiely Martins; AMARO, Raquel Dias. Memórias de Mulheres Dissidentes na Ditadura Militar como Antídoto à Democracia em Ruínas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, vol. 22, n. 4, 2022, p. 1601-1621. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4518/451876076017/451876076017.pdf>. Acesso em 27 jun. 2024.
- SAMPAIO, Denise Braga. *A memória, a informação e o silêncio da lesbianidade no Serviço Nacional de Informação, nas décadas de 1970 a 1980*. Orientadora: Profa. Dra. Izabel França de Lima. Coorientadora: Profa. Dra. Maria da Luz Olegário. 2021. 172 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22978>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 05-22, 1995.

SILVA, Jaíne Chianca da; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. Boletim Chanacomchana: a construção do Movimento Lesbiano Brasileiro. *Revista Historiar*, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 140-155, 2022. Disponível em: <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/412/333>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Cap. 10, p. 187-205.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

UM OUTRO OLHAR. *Rosely Roth no programa Hebe Camargo (25/05/1985)*. [S.l.]: Um Outro Olhar, 27 ago. 2019. Programa realizado e gravado em 1985. 1 vídeo (6min20s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JqDzZJfJSbE>. Acesso em: 15 jul. 2024.

UM OUTRO OLHAR. *Coleção ChanacomChana*. Disponível em: <https://www.umoutroolhar.com.br/2023/04/chanacomchana-4-resgate-e-edicao.html?m=1>. Acesso em: 19 de jul. de 2024.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VIEIRA, Ovídio. Discurso de Rosely Roth no Ferro's Bar. *Folhapress*, 19 ago. 1983. Disponível em: <https://folhapress.folha.com.br/foto/24446573>. Acesso em 19 jul. 2024.

Artigo recebido em 06/08/2024

Aceito para publicação em 05/11/2024

Editor(a) responsável: Isadora Remundini